



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA  
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

**ADELAZIR BARBOSA DA SILVA ABREU**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA  
REGULAR: UM ESTUDO REALIZADO NUMA ESCOLA PÚBLICA DE  
LIMOEIRO – PE**

**JOÃO PESSOA - PB**

**2017**

**ADELAZIR BARBOSA DA SILVA ABREU**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA  
REGULAR: UM ESTUDO REALIZADO NUMA ESCOLA PÚBLICA DE  
LIMOEIRO – PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Carmo de Moura Silva Soares

**JOÃO PESSOA - PB**

**2017**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA  
REGULAR: UM ESTUDO REALIZADO NUMA ESCOLA PÚBLICA DE  
LIMOEIRO – PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Carmo de Moura Silva Soares.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Carmo de Moura Silva Soares  
Orientadora  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

---

Gracileide da Alves da Silva  
Prof. Convidado  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

---

Veridiana Xavier Dantas  
Prof. Convidado  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

A162i Abreu, Adelazir Barbosa da Silva.

A inclusão de alunos com deficiência em sala de aula regular: um estudo realizado numa escola pública de Limoeiro-PE / Adelazir Barbosa da Silva Abreu. – João Pessoa: UFPB, 2017.

50f.

Orientadora: Maria do Carmo de Moura Silva Soares  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia - modalidade a distância) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Inclusão. 2. Alunos com deficiência. 3. Sala de aula regular.  
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37(043.2)

## DEDICATÓRIA

Primeiramente a Deus, aos meus filhos, Lucas e Leandro, que colaboraram com as noites de sono para que eu pudesse dar andamento ao trabalho, e a minha família que sempre está próxima de mim em todos os momentos da minha vida.

"O valor das coisas não está no tempo em que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis"

**Fernando Pessoa**

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral analisar as ações implementadas no âmbito das escolas municipais no que se refere à consolidação da inclusão dos alunos com deficiência em salas de aula regulares do Ensino Fundamental, considerando-se a qualidade do atendimento e a legislação vigente. Para tanto foi realizada uma pesquisa de campo, do tipo qualitativa e de cunho exploratório, utilizando-se questionários para coleta de informações. Os sujeitos da pesquisa foram 5 (cinco) profissionais: uma coordenadora pedagógica, a professora da sala de recursos e três professoras que lecionam em salas de aula regulares nas quais estão inclusos alunos com deficiência em uma Escola Municipal de Limoeiro – PE. Este trabalho propõe uma reflexão acerca da política de inclusão no que se refere ao acesso e à permanência de todos os alunos com deficiência nas salas de aula regulares. Parte-se da compreensão de que o desenvolvimento educacional desses alunos ocorre à medida que não são vistos apenas como um corpo ocupando um espaço na sala de aula, pois a inclusão não consiste apenas na permanência física desses alunos, mas tem o propósito de respeitar e valorizar as pessoas em suas potencialidades independentemente das diferenças que venham a apresentar. Assim, faz-se necessário que o poder público, a escola e os professores abram espaço para aquisição de conhecimentos específicos nessa área, pois a inclusão tornou-se um importante aspecto a ser considerado no planejamento educacional contemporâneo. Baseando-se na análise do andamento da efetivação da inclusão dos alunos com deficiência nas salas de aula regulares no município de Limoeiro-PE, pode-se identificar que tanto a acessibilidade estrutural, quanto a metodologia utilizada no cotidiano se põem como os principais desafios enfrentados, sendo necessários ajustes e adequações para a melhoria da condição desses estudantes, o que também requer um maior apoio e responsabilidade do poder público. Logo, a sociedade precisa desenvolver um novo olhar para esses alunos, focando nas suas potencialidades e não nas suas deficiências.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão. Alunos com deficiência. Salas de aula regulares.

## **ABSTRACT**

This work of course completion has the general objective to analyze the actions implemented in the scope of municipal schools in the sense of consolidating the inclusion of students with disabilities in regular classrooms of Elementary School, considering the quality of care and current legislation. For this purpose, a qualitative and exploratory field survey was carried out, using questionnaires to collect information. The research subjects were 5 (five) professionals: a pedagogical coordinator, the resource room teacher and three teachers who teach in regular classrooms in which students with disabilities from a Municipal School of Limoeiro - PE are included. This paper proposes a reflection about the inclusion policy regarding the access and permanence of all students with disabilities in regular classrooms. It begins with the understanding that the educational development of these students occurs as they are not only seen as a body occupying a space in the classroom, since the inclusion is not only the physical permanence of these students, but is intended to respect and to value people in their own and potentialities regardless of the differences they may present. Thus, it is necessary that school and teachers open space for acquiring specific knowledge in this area, since inclusion has become an important aspect to be considered in contemporary educational planning. Based on the analysis of the progress of the inclusion of students with disabilities in regular classrooms in the municipality of Limoeiro-PE, it can be identified that both the structural accessibility and the methodology used in everyday life are the main challenges faced; and adjustments and adjustments are necessary to improve the condition of these students, which also requires greater support and accountability from the public authorities. Therefore, the society needs to develop a new way to look at these students, focusing not on their disabilities, but in their potentialities.

**KEY WORDS:** Inclusion. Students with disabilities. Regular classrooms.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2 INCLUSÃO ESCOLAR: TRANSFORMAÇÕES CONCEITUAIS</b>	<b>14</b>
<b>3 A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>	<b>19</b>
3.1 A ESCOLA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	22
3.1.1 A Base Legal da Educação Inclusiva	25
3.1.2 A política nacional para a integração da pessoa com deficiência	27
3.2 O PRECONCEITO E AS RELAÇÕES SOCIAIS	31
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>34</b>
4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	34
4.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	34
4.3 SUJEITOS E CAMPOS DE PESQUISA	35
4.3 CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS	35
<b>5 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES</b>	<b>37</b>
5.1 PANORAMA DA ESCOLA QUANTO ÀS MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E A INCLUSÃO DESTES EM SALAS REGULARES	36
5.2 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS	36
5.3 CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO DOS PROFISSIONAIS	37
5.4 RECURSOS E CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO NA ESCOLA E NA SALA REGULAR	37
5.5 AÇÕES REALIZADAS NA ESCOLA E NA SALA DE AULA REGULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO	38
5.6 CONTRIBUIÇÃO DA SALA DE RECURSO PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO NAS SALAS DE AULAS REGULARES	39
5.7 DESAFIOS ENFRENTADOS PELO PROFESSOR PARA EFETIVAR A INCLUSÃO NAS SALAS REGULARES	40
5.8 O QUE PODE SER FEITO PARA MELHORAR	41
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>46</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação de alunos com deficiências, distúrbios graves de aprendizagem, comportamento, e outras condições que afetam o desenvolvimento, tradicionalmente tem se pautado em um modelo de atendimento especializado e segregado, denominado, de forma genérica, como Educação Especial. No entanto, nas últimas décadas, em função de novas demandas e expectativas sociais, os profissionais dessa área têm se voltado, cada vez mais, para a busca de alternativas menos segregadas de inclusão desses educandos na escola comum. É o modelo conhecido como Educação Inclusiva.

A Educação Especial no Brasil é marcada em 1961 pela homologação de Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 4024/61, que tem como objetivo unificar a Educação Especial e Regular num único Sistema Educativo – Educação Inclusiva; ela preconiza que todos os alunos, devem ser inseridos na escola regular, com o mínimo possível de distorção idade-série.

A Educação Inclusiva afirma que todos os alunos, independentemente do tipo ou grau de comprometimento, devem ser matriculados diretamente no ensino regular, cabendo à escola se adaptar para atender às suas necessidades, mas isto, certamente, não é simples, pois para oferecer uma educação de qualidade para todos os educandos, inclusive os que tem necessidades especiais, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e capacitar seus profissionais para essa nova realidade.

Nesse contexto, a inclusão de crianças pessoa com deficiências na escola regular apresenta diversos problemas relativos à série de adequações e transformações espaciais, metodológicas, atitudinais, conceituais e valorativas necessárias para que haja a possibilidade de inclusão educacional da pessoa com deficiência.

A proposta da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino tem enfrentado o problema em relação ao quadro de professores inseguros e, despreparados para lidar com esse aluno. São necessárias práticas pedagógicas realmente eficientes para permitir uma inclusão de verdade e que seja positiva para o aluno pessoa com deficiência, para os alunos regulares e para os professores.

O tema da inclusão vem ao longo dos anos, buscando consolidar a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. No entanto, o paradigma da segregação é forte e enraizado nas escolas e com todas as dificuldades e desafios a enfrentar, acabam por reforçar o desejo de mantê-los em espaços especializados. Outro aspecto a ser considerado é o papel do professor, pois é difícil repensar sobre o que estamos habituados a fazer, além do mais a escola está estruturada para trabalhar com a homogeneidade e não com a diversidade e essa questão não é tão simples, pois, deve-se levar em conta as diferenças e como colocar no mesmo espaço estas demandas tão diferentes e específicas se muitas vezes, nem a escola especial consegue dar conta desse atendimento de forma adequada, já que lá também tem demandas diferentes (os vários tipos de deficiência).

A garantia de que os alunos não sejam somente um mero espectador, mas que sejam participantes ativos com todas suas necessidades atendidas, consiste em um grande desafio na busca pela solução de um dos maiores entraves à realização plena e eficiente de alunos com deficiências nas salas regulares.

Em um contexto de demandas de transformações no âmbito educacional, a presente pesquisa traz o seguinte questionamento: como as escolas do município de Limoeiro-PE tem buscado garantir a inclusão de alunos com deficiência nas salas regulares do Ensino Fundamental – anos iniciais, levando em conta a qualidade educacional para todos os alunos?

Baseando-se nesse questionamento, o trabalho é norteado pelo objetivo geral de analisar as ações implementadas no âmbito das escolas municipais no sentido da consolidação da inclusão dos alunos com deficiência em salas de aula regulares do Ensino Fundamental, considerando-se a qualidade do atendimento e a legislação vigente.

Para tanto foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- Discutir sobre os pressupostos teórico-metodológicos que embasam a política de educação inclusiva.
- Investigar os documentos legais que balizam a implementação da educação inclusiva no contexto educacional brasileiro.
- Identificar a adequação dos processos pedagógicos para os alunos com necessidades especiais inclusos nas salas de aula regulares.

A metodologia é a maneira utilizada pelo pesquisador para desenvolver uma pesquisa. Método pode ser caracterizado como um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia permite ao pesquisador alcançar o objetivo. Neste sentido, através do método chega-se a conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS, 2003).

Para atender os objetivos do estudo, o caminho metodológico escolhido abrange uma pesquisa de campo, do tipo qualitativa e de cunho exploratório.

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal de Limoeiro-PE, cujas turmas tenham alunos com deficiências matriculados e incluídos nas salas de aulas regulares. Para coleta de informações, foram feitos questionários semiestruturados que foram aplicados com a gestão escolar, com os professores das respectivas turmas regulares do Ensino Fundamental que atendem crianças com deficiência e os demais profissionais especializados da escola que atuam junto a essas crianças.

Os dados e as informações coletadas foram tratados de forma a esboçar uma reflexão sobre como o atendimento desses alunos com deficiência ocorre na prática cotidiana nas salas de aula regulares. Para isso procurou-se conhecer a rotina de alunos com necessidades especiais em seu dia-a-dia na escola. Além de reconhecer as dificuldades e as suas funcionalidades da instituição, pretendeu-se também, discutir sobre a inclusão encontrada no referido ambiente educacional.

A escolha desta temática para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se deu pela percepção de que este é um tema muito vasto e em evidência, reformando vários âmbitos do processo educacional. A Educação Inclusiva, mesmo com muitas ideias postas em prática, ainda enfrenta muitos desafios no que diz respeito à efetivação dos projetos, garantia da acessibilidade e principalmente a qualidade do ensino para os alunos com deficiência. É preciso que a inclusão desse novo alunado não tenha um mero papel simbólico, para mostrar “eficiência”, mas sim que haja a participação e interação desses no meio escolar, garantindo sua formação plena.

Outro fator principal que levou a escolher esse tema foi a grande importância que a Educação Inclusiva tem no âmbito pedagógico e social, sendo uma das grandes metas educacionais.

A relevância dessa pesquisa torna-se visível, pois, ao se vislumbrar que o conhecimento da realidade escolar dessas pessoas com deficiência pode ser fonte

de inspiração e ânimo contra o imobilismo e o fatalismo que muitas vezes toma conta da nossa sociedade e que apesar das dificuldades, nos dão exemplos de vida, bem como no direcionamento que as escolas atuem no processo de inclusão de alunos com deficiência, visto que a importância de compreender a resistência e os problemas que advém do aluno especial em ingressar em classes regulares.

## 2 INCLUSÃO ESCOLAR: TRANSFORMAÇÕES CONCEITUAIS

No início do século XX, a tese educacional se conforma mais pelo lado biológico da deficiência do que o uso terapêutico, logo, o progresso da psicologia e dos modernos ensinamentos de aprendizagem dão início a influenciar a educação para a compreensão da linha psicopedagógica que adverte a acuidade da escola, destacando sobre estilo os procedimentos e as técnicas de ensino. Os estudos em Educação Especial no Brasil desenvolveram de maneira significativa a partir da década de 1990 até o limiar do século XXI (MAZZOTTA, 2005).

Mazzotta (2005, p.54), enfatiza três caracteres sociais que assinalaram o incremento da Educação Especial no tratamento dado às pessoas com necessidades especiais, no que diz acatamento às pessoas com deficiência, sendo elas: marginalização, assistencialismo e educação. Com a promulgação da LDB n.º 4.024/61 que em seu texto original, trata da educação de excepcionais que por sua vez passam a ter direito a educação regular e trouxe com essa implantação um amplo avanço, pois estes grupos antes excluídos da escola passaram a ter como direito a educação escolar, excedendo os obstáculos do simples assistencialismo, da terapia ocupacional, do implemento de trabalhos manuais, oportunizando estes indivíduos a inclusão social.

O desenvolvimento de novos métodos e técnicas de ensino baseados nos princípios de modificação de comportamento e controle de estímulos permitiu a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico desses sujeitos, até então alijados do processo educacional. A pessoa com deficiência pode aprender', tornou-se a palavra de ordem, resultando numa mudança de paradigma do 'modelo médico', predominante até então, para o 'modelo educacional' (GLAT, 2005, p. 15).

Esta inclusão escolar foi relativa, pois estes alunos lidavam por um treinamento, uma adequação para se encaixilhar na educação regular e no âmbito social. A escola continuou imperturbada, decomposta entre a educação regular e especial, com aspecto pedagógico nas patologias.

A emenda a Constituição brasileira na Lei N° 5.692/71 transformou alguns conceitos da LDB de 61, que em seu Artigo 9º trata da garantia do atendimento as pessoas com deficiência sem apontar, explicitamente, de que forma deverá ocorrer a

educação, reforçando a dubiedade e o erro na interpretação durante o cumprimento do regulamentado em Lei.

A respeito desta dubiedade, Mazzota (2005) mostra o entendimento do Conselho federal de Educação, esclarecendo que o tratamento especial de forma nenhuma dispensa o tratamento regular em tudo o que deixe de referir-se à excepcionalidade.

Com a democratização no Brasil as leis foram alteradas e com a criação da nova Constituição Federal de 1988 observa-se que os objetivos fundamentais partem do princípio da inclusão em larga escala em seu Art. 3º pode-se destacar o item III que aponta a redução das desigualdades sociais e o item V que destaca a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Este avanço na legislação implementou a garantia do direito das pessoas com deficiência, tratando-as como igualdade.

O ápice desta progressão, com uma cronologia definida de avanços, transformações institucionais e revisões conceituais, deu-se com a Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Dela resultou A Declaração de Salamanca, documento sinalizador de uma nova época na educação de crianças com necessidades especiais, em vários países do mundo (BEYER, 2006, p.8).

Mazzota (2005, p. 75) ainda cita que “a Declaração de Salamanca desenvolveu o nome de necessidades educacionais especiais, abrangendo todas as crianças que não estejam alcançando se cultivar com a escola, seja por que motivo for”. Assim, a ideia de "necessidades educacionais especiais" princípio da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam estudar juntas, involuntariamente de quaisquer problemas ou contestações que possam apresentar.

Segundo Mendes (2002, p. 28), essa ideia de inclusão está fundamentada “numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo no grupo social”.

As escolas inclusivas devem distinguir e responder às diversas necessidades de seus alunos, adequando tanto estilos como ritmos desiguais de aprendizagem e asseverando uma educação de qualidade a todos através de currículo adequado, alterações organizacionais, estratégias de ensino, uso de solução e parceiras com a

sociedade. “Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva” (UNESCO, 2001).

A Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. Estes julgamentos de inclusão abordados nesta declaração geraram a obrigação de garantia dos direitos educacionais, cujo propósito foi discutir sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial, que aplaude as escolas regulares inclusivas como meio mais eficaz de combater a discriminação e determina que as escolas devam acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas.

Essa ideia demanda uma mudança estrutural da escola para suprir as necessidades regionais e nacionais, devendo ser organicamente adaptada por meio de operações legais e políticas à especificidade local, pois se não nos atermos nesta nova visão educacional, não se consegue desfazer os velhos paradigmas e promover a reviravolta que a inclusão propõe.

O Decreto nº 3.956/2001 vem reafirmar que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, presente ou passada, no sentido de causar o efeito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretção da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização (BRASIL, 2001).

O art. 58 da Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, afirma que: educação especial é uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para estudantes com deficiência. Já em seu artigo. 59 assegura que os sistemas de ensino assegurarão aos estudantes com necessidades especiais:

- I. Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;
- II. Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas

deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

- III. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV. Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V. Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Para entender as bases legais se faz necessário conhecer a história da educação especial no Brasil.

A educação inclusiva no Brasil iniciou nos séculos 19 onde as práticas sociais promoviam diversas situações de exclusão. Onde as pessoas com deficiências mentais e outras deficiências eram internados em manicômios, prisões. Segundo Mazzota (2005) o movimento de educação especial no Brasil foi inspirado na Europa e na América do Norte. D. Pedro II fundou em 1957 o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Assim a história da educação especial pode ser dividida em três grandes períodos são eles:

- I. 1854 a 1956: período marcada pelas iniciativas privadas onde se enfatizava o atendimento clínico prestado por instituições priorizava o assistencialismo.
- II. 1957 a 1993: Em 1957 a Educação Especial foi assumida pelo poder público. Nesse mesmo ano instituiu-se a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, logo após foi criado o INES.
- III. A década de 90 foi caracterizada pelos movimentos a favor da inclusão escolar. Nessa mesma década foi marcada pela publicação da Declaração de Salamanca, tornando a inclusão um tema muito discutido nas políticas educacionais.

Com relação à Educação Especial, a LDB 4024/61 traz em seu artigo 88 o

seguinte texto: “educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 2001). Já em 1971 a Lei 5.692/71 de Diretrizes de Base da Educação, altera este texto ao definir “tratamento especial” para alunos com “deficiências físicas, mentais”, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados. A partir daí, surgiu com a criação do MEC, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973 (BRASIL, 2001).

Com a LDBEN Lei nº 9.394/1996, e seu capítulo voltado para pessoas com necessidades educacionais especiais, as escolas passam a ter como missão incluir (MITTLER, 2003).

Assim a escola assume um papel fundamental de unificar as consciências e no cumprimento legal dos direitos da pessoa com deficiência que agora é vista como um cidadão com direitos e deveres. Agora a escola e toda comunidade escola passa a cumprir as propostas, leis e decretos acabando com o estigma de que as leis só ficam no papel. É importante que ao incluir, o aluno com deficiência a comunidade escolar passe a desenvolver um trabalho em parceria, deixando no passado a prática de excluir, julgar e rotular esse público escolar.

Em fevereiro de 2000, Pernambuco, atendendo a Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que considera a educação especial como uma política da educação escolar, que se baseia no paradigma da diferença enquanto construção do sujeito cultural, histórico, político e social, resolve através da resolução CEE/PE 01/2000, posto que em seu artigo 4º § 2, atender os educandos portadores de necessidades educacionais especiais também em salas de recursos oferecida em contra turno à sala de aula comum. O seu art. 8º parágrafo Único, diz que o atendimento educacional em sala de recurso, classes especiais, serviços itinerantes e outros será garantido pela escola para responder e traduzir os desafios impostos pelas diferenças na construção de sujeitos singulares (BRASIL, 2001).

### 3 A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A sociedade inclusiva e a escola inclusiva, como ideais, têm angariado as simpatias das famílias, dos educadores e da sociedade em geral, afinal, o movimento de não excluir está implícito nos ideais democráticos, aceitos e proclamados, universalmente.

Pode-se dizer que a inclusão se origina da mesma fonte que a integração: a luta pela, e a preocupação com, a democratização e humanização da vida social. E que, além disso, ela 'rompe' com o movimento que lhe antecede no curso histórico porque abrange aspectos antes intocados, como a reformulação do sistema e a questão da reciprocidade (CARVALHO, 2005): "não se trata mais de simplesmente tolerar o diferente, mas de entrar numa relação de verdadeira troca em que se reconheça que ambas as partes têm a ganhar com os frutos dessa relação".

Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes deem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional.

Embora Reis (2000) aponte que

muitas vezes a prática do diretor, nas escolas brasileiras, é dificultada pelas exigências das atividades burocráticas e administrativas, esse profissional precisa ser atuante, promovendo ações que envolvam o acompanhamento, discussões e avaliações em conjunto com os participantes do projeto educacional, a fim de exercitar as dimensões educacional, social e política, inerentes a sua função (REIS, 2000, p.28).

A escola deve ser um ambiente que reflita a sociedade, no entanto é comum perceber professores assustados diante de uma nova situação e isso, muitas vezes, dificulta a recepção de crianças e jovens com deficiência na escola.

Nessa perspectiva, a proposta da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino tem reforçado o quadro de professores inseguros e, despreparados para lidar com esse aluno. Como

consequência um profissional cada vez mais propenso ao repúdio e um aluno cada vez mais discriminado.

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde a necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania (XAVIER, 2002, p.19).

A obstinação dos professores e de algumas famílias é por eles esclarecida em razão da insegurança no trabalho educacional escolar a ser concretizado nas classes regulares, com os alunos com deficiência.

Nesse sentido, os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2008).

Estudos e experiências realizadas pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) em escolas que estão obtendo êxito no projeto de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular apontam princípios e fundamentos (BRUNO, 2006):

- A. O princípio da identidade: a construção da pessoa humana em todos seus aspectos: afetivo, intelectual, moral e ético;
- B. A sensibilidade estética diz respeito à valorização da diversidade para conviver com as diferenças, com o imprevisível, com os conflitos pessoais e sociais, estimulando a criatividade para a resolução dos problemas e a pluralidade cultural;
- C. Toda criança pode aprender, pode tornar-se membro efetivo e ativo da classe regular e fazer parte da vida comunitária;
- D. A construção de laços de solidariedade, atitudes cooperativas e trabalho coletivos proporcionam maior aprendizagem para todos;
- E. A inclusão significa transformação da prática pedagógica: relações interpessoais positivas, interação e sintonia professor-aluno, família-professor, professor comunidade escolar e compromisso com o desempenho acadêmico;

- F. A inclusão depende da criação de rede de apoio e ajuda mútua entre escolas, pais e serviços especializados da comunidade para a elaboração do projeto pedagógico;
- G. O projeto pedagógico deve garantir adaptações necessárias ao currículo, apoio didático especializado e planejamento, considerando as necessidades educacionais de todos os alunos, e oferecendo equipamentos e recursos adaptados quando necessários;
- H. O professor da classe regular assume a responsabilidade pelo trabalho pedagógico e recebe apoio do professor especializado, dos pais e demais profissionais envolvidos para a identificação das necessidades educacionais especiais, a avaliação do processo de desenvolvimento e aprendizagem e o planejamento de metas;
- I. O sucesso do processo de aprendizagem depende do projeto de inclusão, com trabalho cooperativo entre o professor regular e o professor especializado na busca de estratégias de ensino, alternativas metodológicas, modificações, ajustes e adaptações na programação e atividades;
- J. A modificação do processo de avaliação e do ensino: avaliação qualitativa dos aspectos globais como competência social, necessidades emocionais, estilos cognitivos, formas diferenciadas de comunicação, elaboração e desempenho nas atividades;
- K. Uma maior valorização das possibilidades, das aptidões, dos interesses e do empenho do aluno para a realização das atividades, participação nos projetos e trabalhos coletivos;
- L. A priorização, além do acesso à cultura e ao conhecimento, do desenvolvimento da autonomia e independência e autoconceito positivo pela participação social;
- M. A escola e sala de aula devem ser um espaço inclusivo, acolhedor, um ambiente estimulante que reforça os pontos fortes, reconhece as dificuldades e se adapta às peculiaridades de cada aluno;
- N. Uma gestão democrática e descentralização com repasse de recursos financeiros diretamente à escola para reestruturação e organização do ambiente, da sala de aula, e para as adaptações que se fizerem necessárias;
- O. O êxito do processo de aprendizagem e da inclusão depende da formação continuada do professor, de grupo de estudos com os profissionais

envolvidos, possibilitando ação, reflexão e constante redimensionamento da prática pedagógica.

A palavra inclusão significa especialmente a valorização e o respeito à pessoa humana, autônomo de seu credo, raça, condição biofísico sensorial ou intelectual, opção sexual, situação econômica ou cultural. A inclusão julga a criação de probabilidades para todos de forma igualitária respeitando a singularidade de cada indivíduo.

No ensino inclusivo todos os alunos são distinguidos em suas diferenças e o sistema educação transforma-se possibilitando o acesso e a permanência do estudante no ambiente escolar.

### 3.1 A ESCOLA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O fundamental alvo da educação inclusiva é possibilitar a cada estudante uma independência, uma autonomia que proporcione não exclusivamente uma educação acadêmica, mas acima de qualquer coisa uma autonomia de vida, acatando as possibilidades e limitações de cada aluno, demonstrando suas qualidades e minimizando seus problemas.

A educação inclusiva abrange a educação especial dentro da escola regular e modifica a escola em um ambiente para todos. Ela cultiva a diversidade no ambiente escolar, à medida em que entende que todos os alunos podem ter obrigações especiais em algum período de sua vivência escolar.

Torna-se importante frisar que todos devem estar engajados nesta luta para que aconteça o processo de inclusão. No entanto, mesmo com essa perspectiva conceitual transformadora, as políticas educacionais implementadas não alcançam o objetivo de levar a escola comum a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2008, p.15).

Há, entretanto, obrigações que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da escola como, por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos.

Alguns acreditam que o aluno com deficiência é mais excluído na escola de ensino regular, por não acompanhar os demais colegas na aprendizagem e por isto deveria ser preservado e frequentar a escola especial, onde estaria com crianças "iguais" e, assim, não precisaria lidar com este desafio. Outros educadores acreditam que o aluno com necessidades especiais deve frequentar a escola de ensino regular, justamente pela riqueza que surge através da diversidade (ROSA, 2016, p.215).

A educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas, primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado.

Com o novo conceito de Escola Inclusiva, as Políticas Educacionais (PE) ensejam novas práticas de ensino com o propósito de atendê-la em suas especificidades, garantindo o direito a educação para todos. Para entender o novo conceito de diferença e multiplicidade de acordo com Silva (2000):

A diferença (vem) do múltiplo e não do diverso. Tal como ocorre na aritmética, os múltiplos é sempre um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é fluxo, é produtiva. A multiplicidade das PE são uma máquina de produzir diferenças – diferenças que são irredutíveis à identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende e multiplica, porífera, dissemina. A diversidade é um dado – da natureza ou da cultura. A multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico. A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico (SILVA, 2000, p.100-101).

Educação inclusiva, portanto, constitui educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário, com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como multiplicidades. E é essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver conveniências de convivência a todas as crianças.

Nessa perspectiva, conservar a multiplicidade de diferenças apresentadas na escola, encontrada na realidade social, representa oferecer oportunidade para o acolhimento das potencialidades educacionais com ênfase nas competências e nas capacidades do educando.

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver (CARVALHO, 2005).

O esforço pela inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais no Brasil é a resposta para uma situação que perpetuava a segregação dessas pessoas e cerceava o seu pleno desenvolvimento. Até o início do século 21, o sistema educacional brasileiro abrigava dois tipos de serviços: a escola regular e a escola especial - ou o aluno frequentava uma, ou a outra. Na última década, nosso sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado: a regular, que acolhe todos os alunos, apresenta meios e recursos adequados e oferece apoio àqueles que encontram barreiras para a aprendizagem.

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não considera apenas a sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades (GLAT; NOGUEIRA, 2002, p.26).

Sanchez, ao tratar da educação inclusiva afirma que:

Esta visa apoiar as qualidades e necessidades de cada um e de todos os alunos da escola. Enfatizando a necessidade de se pensar na heterogeneidade do alunado como uma questão normal do grupo/classe e pôr em marcha um delineamento educativo que permita aos docentes utilizar os diferentes níveis instrumentais e atitudinais como recursos intrapessoais e interpessoais que beneficiem todos os alunos (SANCHEZ, 2005, p.12).

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar deve ter como base três elementos centrais:

- a) A presença, o que significa estar na escola, superando o isolamento do ambiente privado inserindo o aluno num espaço público de socialização e aprendizagem;

b) A participação, que depende, do oferecimento das condições necessárias para que o aluno possa interagir e participar das atividades escolares;

c) A construção de conhecimentos, função primordial da escola, sem ela pouco adianta os outros dois itens anteriores.

A inclusão escolar só acontece, de fato, se o aluno estiver inserido na escola, participando, aprendendo e desenvolvendo-se com base na interação e nos conhecimentos ali construídos, o que vai muito além da concepção de inclusão que defende apenas as vantagens da socialização deste aluno no espaço escolar (PLETSCH; FONTES, 2006).

A Educação Inclusiva tem trazido grandes desafios à Educação, a própria Educação Especial vem tendo que redimensionar o seu papel, antes restrito ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, para se constituir, cada vez mais, num sistema de suporte para a escola regular que tenha alunos especiais incluídos, a Educação Especial é hoje concebida como um conjunto de recursos que a escola regular deve ter à sua disposição para atender a diversidade de seus alunos (PLETSCH, 2005).

A inclusão de crianças pessoa com deficiências na escola regular apresenta diversos problemas relativos à série de adequações e transformações espaciais, metodológicas, atitudinais, conceituais e valorativas necessárias para que haja a possibilidade de inclusão educacional das pessoas com necessidades especiais.

### **3.1.1 A base legal da educação inclusiva**

O direito à educação é um direito humano individual, social, econômico e cultural. Na sua implementação se comprova a afirmação consagrada na Conferência de Direitos Humanos, em Viena, de que os direitos humanos são universais, interdependentes e indivisíveis.

O direito à educação realiza o princípio da dignidade humana no plano individual e coletivo. Nesse sentido, ele necessariamente promove a igualdade real e inclui as pessoas na diversidade e na diferença.

Fávero (2004, p. 38) analisa a diferença entre as palavras integração e inclusão, embora contenham a mesma ideia de inserir quem está excluído, qualquer que seja o motivo. Explica que na integração “a sociedade admite a existência de

desigualdades sociais e, para reduzi-las permite a incorporação de pessoas que consigam “adaptar-se”, por méritos exclusivamente seus. Ainda, a integração pressupõe a existência de grupos distintos que podem vir a se unir”. Por sua vez, a inclusão “significa, antes de tudo, “deixar de excluir”. Pressupõe que todos fazem parte de uma mesma comunidade e não de grupos distintos. Assim, para “deixar de excluir” a inclusão exige que o Poder Público e a sociedade em geral ofereçam as condições necessárias para todos”.

A referida autora lembra que a Constituição Brasileira de 1988 assume a proposta inclusiva, pois, no art. 3º impõe à República o dever de construir uma sociedade livre, justa e solidária; de garantir o desenvolvimento nacional; de reduzir as desigualdades sociais e de promover o bem de todos, sem preconceitos.

A educação constitui um poderoso instrumento de inclusão, pois o art. 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos vincula o direito à educação ao objetivo do pleno desenvolvimento da personalidade humana. A ideia é encontrada também no art. 22, segundo o qual toda pessoa tem direitos sociais, econômicos e culturais “indispensáveis [...] ao livre desenvolvimento de sua personalidade”, e no art. 29 que estabelece: “Toda pessoa tem deveres perante a comunidade, onde – e somente onde – é possível o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade”.

A Educação Inclusiva afirma que todos os alunos, independentemente do tipo ou grau de comprometimento, devem ser matriculados diretamente no ensino regular, cabendo à escola se adaptar para atender às suas necessidades, mas isto, certamente, não é simples, pois para oferecer uma educação de qualidade para todos os educandos, inclusive os que têm necessidades especiais, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e capacitar seus profissionais para essa nova realidade.

Qual o significado do pleno desenvolvimento da personalidade humana? Sem dúvida, é o de realizar o ideal de uma vida digna. Por essa razão, pode-se dizer que, ao promover o pleno desenvolvimento da personalidade humana a educação também promove os direitos humanos. Ou, em outras palavras, a dignidade humana é alcançada pela implementação do conjunto de direitos humanos. Nessa perspectiva, Claude (2005, p. 41) anota que “a educação para a dignidade deve levar em conta a lista completa dos direitos humanos: direitos pessoais, como a privacidade; direitos políticos – como a participação, bem como a busca e a

divulgação de informações; direitos civis, como a igualdade e a ausência de discriminação; direitos econômicos, como um padrão de vida digno; e o direito a participar da vida cultural da comunidade”.

O direito individual expresso no art. 26 da Declaração Universal, ao ser reforçado pela sociedade e pela interação social, assume natureza social. Conseqüentemente, assegurar o acesso à educação é promover inclusão social.

O paradigma da inclusão vem ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. No entanto, o paradigma da segregação é forte e enraizado nas escolas e com todas as dificuldades e desafios a enfrentar, acabam por reforçar o desejo de mantê-los em espaços especializados. Esse aspecto precisa ser considerado focando o papel do professor, pois é difícil repensar sobre o que estão habituados a fazer, além do mais a escola está estruturada para trabalhar com a homogeneidade e nunca com a diversidade e essa questão não é tão simples, pois, deve-se levar em conta as diferenças e como colocar no mesmo espaço demandas tão diferentes e específicas se muitas vezes, nem a escola especial consegue dar conta desse atendimento de forma adequada, já que lá também tem demandas diferentes.

Jamais haverá inclusão se a sociedade se sentir no direito de escolher quais pessoas com deficiências poderão ser incluídas. É preciso então que as pessoas com deficiências falem por si, pois sabem do que precisam de suas expectativas e dificuldades como qualquer cidadão. Mas não basta ouvi-los, é necessário propor e desenvolver ações que venham modificar e orientar as formas de se pensar na própria inclusão.

### **3.1.2 A política nacional para a integração da pessoa com deficiência**

Ser humano é respeitar a individualidade e reconhecer as diferenças não significa exaltar as deficiências, mas sim as potencialidades de cada um, cabe a todos reconhecer que a inclusão das pessoas com deficiência, além de depender das políticas públicas, depende também da sociedade.

Nesse sentido,

Em 1999, o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular (BRASIL, 2008, p.4).

A Política Nacional para a integração da pessoa com deficiência, de acordo com o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD) (BRASIL, 1999).

Tal política de integração das PPD, em consonância com o Programa Nacional dos Direitos Humanos, estabelece que se obedecerá aos seguintes princípios:

- I. Desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural;
- II. Estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico;
- III. Respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

Deve-se trabalhar prioritariamente na detecção e intervenção precoce, tratamento, reabilitação, educação, formação ocupacional e prestação de serviços completos para garantir o melhor nível de independência e qualidade devida para as PPD.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.15).

É importante salientar que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal Brasileira, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para defesa de interesses difusos ou coletivos, como previsto no art. 129, incisos. II e IV.

A Educação Inclusiva no atual modelo escolar brasileiro é um desafio que nos obriga a repensar a escola, sua cultura, sua política e suas práticas pedagógicas. As conquistas no campo da Educação Especial como área de conhecimento, pesquisa e prática profissional tem muito a contribuir neste processo e é a partir do diálogo entre estes dois modelos de Educação que uma nova forma de se pensar a escola poderá surgir capaz de atender às necessidades educacionais especiais de cada um de seus alunos, não somente daqueles com deficiência, condutas típicas ou altas habilidades, mas todos aqueles que atualmente são marcados pelo ciclo da exclusão e do fracasso escolar.

O conceito de normalização expande-se por toda a Europa e América do Norte a partir dos anos 70.

A integração consiste como a única forma de colocar em prática a essência de normalização já que, por oposição à segregação, é a única forma possível de permitir às pessoas com deficiência participarem em atividades comuns da sociedade a que pertencem.

O movimento de integração assenta em causa o conjunto das práticas educativas em Educação Especial, principalmente os agrupamentos efetuados por tipos de deficiência. É a aceitação de todos os cidadãos como inteiramente iguais, a quebra com a adaptação de discente e docentes ao mundo restrito da Instituição com a consequente adaptação ao mundo externo, à escola especial.

Nessa concepção o estudante é visto em sua individualidade onde suas limitações são destacadas, assim a escola isola o aluno e só inclui os que não constituem um desafio. Com essa ideologia a integração constitui sistemas diferenciado para cada tipo de deficiência, diferenciando os estudantes em dois grupos: os que apresentam deficiência e os que não possuem deficiência. Bem como todo sistema pedagógico que segue a ideia de separação e classificação das deficiências.

O conceito de inclusão não se parece em nada com o a integração, pois o estudante participa ativamente de todos os ambientes que compõem o ambiente escolar, considerando suas limitações e oportunizando o acesso através das adaptações seja arquitetônicas ou pedagógicas. Esse acolhimento é subsidiado através dos documentos legais que oferecem embasamento legal a todas as ações desenvolvidas no ambiente escolar.

Na inclusão os estudantes se completam em suas diferenças e na integração apenas compartilham de um espaço físico que os limitam a momentos de exclusão e sofrimento. Muitas classes especiais foram formadas a partir do conceito de integração, um espaço compartilhado apenas por alunos com deficiência, onde na sua maioria ocupava-se de atividades mecânicas e desmotivadoras. Evidenciava-se assim a discriminação e o preconceito dentro da escola.

Para Sassaki (1997), a integração e a inclusão são dois processos muito importantes na busca de uma sociedade inclusiva. Princípio este que leva implícito o conceito de normalidade, destacando que a normalidade é um conceito relativo sujeito a critérios de tipo estatístico.

O que diferencia o ensino integrado do ensino inclusivo é que na educação que valoriza a integração o estudante faz uso de recursos com a finalidade de reabilitar e integrá-lo. Um exemplo é um aluno com deficiência auditiva que através do uso do aparelho pode ser integrado, pois o recurso o possibilita o aprender a falar. Em contrapartida a escola a os professores não considerar a hipótese de aprender a língua de sinais para assim estabelecer uma comunicação com o estudante.

### 3.2 O PRECONCEITO E AS RELAÇÕES SOCIAIS

A identidade pessoal é essencial para o desenvolvimento do ser humano, sendo construída nas relações socioculturais. De acordo com o documento elaborado pelo MEC: a consciência do direito de construir uma identidade própria e de reconhecimento da identidade do outro, traduz-se no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade (MEC, 2001).

Para Martins (2002), devem-se alterar as relações sociais, como forma de produção de novas relações, estas mesmas relações produziram uma resistência diferencial nesse sistema de produção:

É preciso, sobretudo, compreender a incompreensão, a resistência em compreender o outro como agente de reprodução de iniquidade que o vitima e ao vitimá-lo se vitima também. Porque no fim, na prepotência de querer libertá-lo, o que querem é libertar-se dele, se livrar dele. Porque não estão propondo a construção do novo, apenas a extensão a ele do que já é velho, dos mecanismos de reprodução das relações sociais e não da produção de novas relações” (MARTINS, 2002, p. 45).

O alerta compreende dois sentidos: a incompreensão sempre revelada como resistência à diferença, e por outra: a libertação do outro como a nos livrar daquele que reproduz.

O preconceito então possui nesta conceituação: uma via de mão dupla serve para resistir a uma ameaça e também para mantê-lo à distância, vale dizer, reprodução do preconceito pela distância, desconfiança, hostilidade, etc. Heller (2000, p. 53) pontua que os preconceitos têm a capacidade de “[...] manter a estabilidade e a coesão da integração dada” a determinado grupo social.

Dando continuidade a opinião de Heller (2000), podem-se distinguir vários tipos de preconceito: preconceitos científicos, políticos, de grupo, nacionais, religiosos, raciais, morais etc. centrando o olhar para os preconceitos morais, um aspecto torna-se substantivo trata-se da vinculação entre preconceitos morais e valores, ou mais precisamente desvalores.

Com o preconceito, existe uma relação de dominação de um ser humano frente a “outro”, pela imposição de características distorcidas da realidade, nesse caso, sujeito e objeto permanecem prisioneiros de uma situação que não possibilita reflexões, transformações ou construções de relações mais igualitárias.

Enfim, uma sociedade que produz e reproduz relações preconceituosas é a mesma sociedade que produz indivíduos pouco críticos, que facilmente aceitam e reproduzem seus dogmas. A falta de questionamentos e a construção de discursos que justificam o próprio preconceito são produtos da “má consciência”. A “má

consciência” é a consciência deformada por um saber aleatório e deturpado diante do outro, da realidade e de si próprio.

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço a diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige a ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino (PRIETO 2006, p. 40).

A inclusão mais do que nunca ocupa o centro dos debates, não apenas porque se referênciam esses valores sociais, mas porque pode alterar, guardadas as proporções e âmbitos de atuação, visivelmente esse quadro. Martins (2002) pondera:

Toda mudança reivindicada é quantitativa (e, portanto, reprodutiva), pela ampliação da integração dos marginalizados nos círculos mais amplos da sociedade de consumo e da alienação que lhe é própria. ... Todo protesto social e político em nome dos excluídos é feito em nome de providências políticas de integração dos excluídos na sociedade que os exclui (MARTINS, 2002, p. 38).

Todas as vezes que são feitas referências à Educação Inclusiva são suscitados os mais variados sentimentos: desde incertezas e angústias até entusiasmos e paixões.

Escolas são construídas para promover educação para todos, portanto todos os indivíduos têm o direito de participação como membro ativo da sociedade na qual estas escolas estão inseridas. Todas as crianças têm direito à uma educação de qualidade onde suas necessidades individuais possam ser atendidas e aonde elas possam desenvolver-se em um ambiente enriquecedor e estimulante do seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social (BARBOSA, 2014, p.1).

Ainda que inicialmente as pessoas mudem seu discurso na direção do politicamente esperado e considerado correto, observa-se que, não raro, as mesmas continuam mantendo um padrão de comportamento tradicional e conservador, que destoam da proposta inovadora da educação inclusiva.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

De acordo com Gressler, (2004, p. 49), “os tipos de pesquisa dependem dos objetivos do estudo e da natureza do problema”, pois as pesquisas são classificadas quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, esta pesquisa pode ser classificada como exploratória, na medida em que expõe características da população pesquisada, bem como busca elementos e dados que sejam suficientes para composição do estudo.

Segundo Gil (1999) a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Segundo o autor, estes tipos de pesquisas são os que apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Segundo Triviños (1987), a abordagem qualitativa trabalha as informações coletadas, buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Ou seja, procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências.

A pesquisa qualitativa, é caracterizada pela busca por

[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.) (TRIVIÑOS, 1987, p.132).

### 4.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Como instrumento de pesquisa será a entrevista do tipo semiestruturada. De acordo com Gil (1999), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais

utilizadas nas pesquisas sociais. Esta técnica de coleta de dados é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta.

Segundo Triviños (1987), a entrevista semiestruturada parte de questionamentos básicos, suportados em teorias que interessam à pesquisa, podendo surgir hipóteses novas conforme as respostas dos entrevistados.

Geralmente, as entrevistas semiestruturadas baseiam-se em um roteiro constituído de “[...] uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p.188), apoiadas no quadro teórico, nos objetivos e nas hipóteses da pesquisa.

Para a realização da entrevista é importante seguir algumas recomendações, tais como fazer boas perguntas e interpretar as respostas; ser um bom ouvinte, não deixando se enganar por ideologias e preconceitos, no sentido de buscar a “objetivação” (LAVILLE e DIONNE, 1999).

#### 4.3 SUJEITOS E CAMPO DE PEQUISA

Como sujeitos de pesquisa foram escolhidos 5 (cinco) profissionais: uma coordenadora pedagógica, a professora da sala de recursos e três professoras que lecionam em salas de aula regulares nas quais estão inclusos alunos com deficiência de uma Escola Municipal de Limoeiro – PE.

O questionário foi realizado, tendo como foco a problemática da pesquisa, no sentido de colher as informações da realidade de uma forma complexa e contextualizada para atingir os objetivos geral e específicos, tendo em vista a condição e as especificidades das vivências de cada um dos profissionais e a tentativa da escola em atuar no processo de inclusão de pessoas com deficiência.

A partir das informações coletadas, foi feita a análise, considerando-se os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva, cuja base consiste na percepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diferença dos educandos.

#### 4.4 CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS

Após a coleta de dados através da entrevista com os profissionais, as respostas dadas foram organizadas em subgrupos, cada um atendendo a um aspecto diferente relacionado ao mesmo objeto de pesquisa. Dessa forma, todas as respostas puderam ser analisadas como um conjunto, fornecendo uma visão ampla e abrangente sobre a realidade da Educação Especial presente no campo de pesquisa. Por fim, as respostas agrupadas em tópicos foram analisadas em relação ao panorama geral da inclusão no país, considerando-se a legislação vigente, o que já foi alcançado e o que ainda é necessário alcançar.

Nesse contexto, as categorias foram: o panorama da escola quanto às matrículas de alunos com deficiência e a inclusão destes em salas regulares; a formação dos profissionais; as concepções de inclusão dos profissionais; os recursos e condições de acessibilidade para a efetivação da inclusão na escola e na sala regular; as ações realizadas na escola e na sala de aula regular para a efetivação da inclusão; a contribuição da sala de recurso para o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas salas de aulas regulares; os desafios enfrentados pelo professor para efetivar a inclusão nas salas regulares e o que pode ser feito para melhorar.

## **5 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES**

### **5.1 PANORAMA DA ESCOLA QUANTO ÀS MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E A INCLUSÃO DESTES EM SALAS REGULARES**

A escola, indo de acordo com a legislação vigente, aceita a matrícula de qualquer estudante, independente de alguma necessidade especial apresentada pelo mesmo. A política pedagógica da escola é de colocar o aluno especial na sala de aula regular o mais rápido possível, visando o estabelecimento direto de vínculo com a turma e o início da efetivação do processo de inclusão tanto social quanto educacional.

Existem na escola, no total, doze alunos diagnosticados (com laudo médico com CID - Classificação Internacional de Doenças) com algum tipo de deficiência; entre elas, estão as deficiências auditivas, mentais, físicas e autismo. Os alunos estão distribuídos no 2º, 3º e 4º anos do Ensino Fundamental I, segundo as respostas dadas pelos profissionais.

### **5.2 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS**

A profissional A é formada em Pedagogia, cursando a especialização em Educação Especial e Práticas Inclusivas; a profissional B é formada em Pedagogia, cursando a especialização em Educação Especial e Práticas Inclusivas; a profissional C é formada em Pedagogia; a profissional D é formada em Pedagogia; a profissional E é formada em Geografia.

Pode-se perceber que há uma movimentação para a capacitação dos professores na área de Educação Especial, denotando uma crescente atenção para o processo ensino-aprendizagem desses estudantes. É preciso que os professores estejam preparados para promover a inclusão plena dos alunos. Entretanto, a escola ainda não conta com nenhum profissional formado; mas possui dois em formação, um deles atua como coordenador pedagógico da escola e outro como docente na sala de recursos.

Com a quebra do paradigma da educação especial como um sistema paralelo, é preciso agora que os profissionais das salas de aula regulares busquem

também se adequar para lidar com as mudanças e adaptações trazidas pela inclusão escolar, por isso se faz indispensável a formação continuada (SANT'ANA, 2005; GLAT & FERNANDES, 2005). Esse é um tópico que precisa ser discutido e refletido com a equipe pedagógica para também atenuar a ansiedade de muitos profissionais em trabalhar com os alunos com deficiências nas salas de aula regulares, minimizando a sensação de impotência e insegurança ao lidar com esses estudantes (LIMA, 2002, p.40).

### 5.3 CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO DOS PROFISSIONAIS

A profissional A entende como inclusão escolar o acolhimento de todos os indivíduos, sem exceção, independente de classe social e condições físicas ou psicológicas, sendo ponto de vista compartilhado com os profissionais B e C. Já a profissional D afirma que é inclusão é oferecer condições para que o aluno com deficiência possa participar do processo de ensino-aprendizagem. Por fim, a profissional E relata que inclusão é fazer uso de recursos, infraestrutura e metodologias para garantir o aprendizado do aluno especial nas salas regulares.

É visível que a concepção que os profissionais têm sobre a inclusão escolar baseia-se num viés de acolhimento, cuidado e inserção dos alunos especiais na rotina escolar regular; oferecendo a eles as mesmas oportunidades e experiências que os outros alunos possuem. É por essa visão que os trabalhos na educação especial devem ser norteados.

Na LDB em seu artigo 59 diz que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender às suas necessidades. Segundo a lei, é necessário adaptar também o processo avaliativo a partir das demandas específicas e verificar o desenvolvimento do aluno, possibilitando o objetivo maior da educação especial: desenvolver todas as habilidades necessárias para incluir o estudante na sociedade e permitir também que ele possa ingressar no mercado de trabalho.

### 5.4 RECURSOS E CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO NA ESCOLA E NA SALA REGULAR

Todos os profissionais relatam a situação da acessibilidade e dos recursos da mesma forma; a escola conta com salas de recursos, Atendimento Educacional Especializado, cuidadores para autistas, intérprete de LIBRAS, alfabeto móvel, pranchas com letras e palavras e rampas.

Apesar da escola já ter alguns avanços para a facilitação da inclusão do aluno nas salas regulares, faltam banheiros e portas adaptados, mais jogos inclusivos e mais profissionais capacitados para lidar com as diferentes demandas trazidas pelos alunos especiais; para poder realmente progredir com o processo de inclusão nas salas regulares. Dessa forma, a efetivação da inclusão, o acesso e a autonomia do aluno pessoa com deficiência acaba comprometida devido às barreiras estruturais na escola; uma situação de alta gravidade que deve ser priorizada, analisada e corrigida conforme imposto por lei.

Nesse contexto, a legislação brasileira, a partir do decreto nº 5.296 (a Lei da Acessibilidade), define que devem ser tomadas medidas para a eliminação de barreiras, sejam elas arquitetônicas ou de outra natureza dentro do âmbito escolar. Segundo a mesma, além de rampas e banheiros adaptados para pessoa com deficiências físicas, também são necessárias a implantação de outras medidas para facilitar a locomoção e aprendizado do estudante, pessoa com deficiência, como piso tátil, sinalizações em braille e uma maior quantidade de intérpretes de LIBRAS para as salas de aula regulares.

#### 5.5 AÇÕES REALIZADAS NA ESCOLA E NA SALA DE AULA REGULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO

Todos os profissionais relatam a mesma situação referente as ações realizadas na escola. É promovida a formação continuada para os docentes, projetos para envolver os estudantes em prol da inclusão, sensibilização com a comunidade sobre o tema e busca de parcerias com o CRAS e o PSF.

A escola traz muitos momentos de desenvolvimento e inclusão, até mesmo junto com a população da área atendida; porém é necessário ampliar o escopo do trabalho em prol da efetivação da inclusão para o cotidiano das salas de aula, fazendo maior uso do currículo adaptado e de metodologias diferenciadas que permitam a maior participação de todos.

O trabalho da escola integrado com o CRAS e o PSF é feito a partir do envio de fichas de cadastro dos alunos com deficiências para a Secretaria Municipal de Educação, que vai ser responsável por realizar uma triagem e monitoramento do estado dos estudantes, avaliando a situação e a demanda de cada escola. Posteriormente, o governo municipal é responsável por articular todas as secretarias (Educação, Saúde e Assistência Social) a partir de um documento chamado Pacto, que facilita o encaminhamento dos alunos para os serviços de saúde necessários, como psicólogos, psiquiatras, neurologistas, fisioterapeutas, entre outros. O documento também reduz a tramitação burocrática entre as secretarias, criando atalhos para que o atendimento seja mais rápido e eficaz.

O processo de sensibilização com a comunidade sobre a questão da inclusão é feito cotidianamente, através das conversas com os responsáveis e reuniões de pais e docentes, visando estabelecer um vínculo que possa facilitar a interação da comunidade com a escola em prol dos alunos com necessidades especiais. Esse é um tópico abordado também nos eventos temáticos da escola, como o Carnaval, São João, Dia do Índio, Dia das Crianças; que são planejados pensando também nas demandas dos alunos, com atividades que possam ser realizadas por todos, brincadeiras que envolvam todos, entre outros.

Quanto as adaptações curriculares e metodológicas necessárias para a efetivação da inclusão dos alunos em salas de aulas regulares, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência) estabelece que é dever do poder público a “adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino” (BRASIL, 2015).

Sendo assim, é dever da escola, em concordância com a legislação vigente e o Projeto Político Pedagógico da instituição, instaurar mudanças e adaptações curriculares que favoreçam o aprendizado do estudante com deficiência no âmbito da sala de aula regular, como a ênfase em objetivos que exercitem as habilidades mais necessárias para a inclusão do aluno, sempre com o apoio da sala do Atendimento Especial Especializado.

## 5.6 CONTRIBUIÇÃO DA SALA DE RECURSO PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO NAS SALAS DE AULAS REGULARES

A profissional A ressalta a importância do trabalho de complementação curricular; já a profissional B afirma que a contribuição da sala de recursos se dá mais pela identificação, elaboração e organização de práticas pedagógicas que eliminem as barreiras para a participação plena dos alunos; a profissional C aborda a necessidade de abordagens específicas para alunos com necessidades especiais, em especial as com transtornos globais do desenvolvimento e funcionais específicos; a profissional D ressalta a facilitação da aprendizagem e, por fim, a profissional E reforça a parceria entre salas de recursos e salas regulares.

São perceptíveis as observações das profissionais sobre a importância e participação das salas de recurso na abordagem dos alunos com deficiência e a inclusão destes nas salas de aula regulares. Contudo, é também preciso que os professores saibam integrar o uso de todas as ferramentas disponíveis na sala de recursos para complementar as atividades nas salas regulares, o que também requer uma capacitação específica.

Outro tópico que requer reflexão é a presença de uma certa confusão entre as terminologias “necessidades especiais” e “deficiência” e como esses termos se relacionam na comunicação e articulação entre a sala de recurso e sala de aula regular. A Lei da Acessibilidade (portaria nº 5.296) define a pessoa com deficiência como alguém que possui uma restrição de natureza permanente ou transitória que limita a capacidade de exercer atividades essenciais na vida diária, dificultando sua inclusão no ambiente econômico e social. Assim, é preciso definir quais alunos realmente vão necessitar do atendimento educacional especializado e da sala de recursos, adaptando e personalizando a abordagem para a efetivação do trabalho de inclusão; tais situações demonstram a importância de uma formação específica dos profissionais.

## 5.7 DESAFIOS ENFRENTADOS PELO PROFESSOR PARA EFETIVAR A INCLUSÃO NAS SALAS REGULARES

A profissional A relata a grande dificuldade em adequar metodologias para as necessidades especiais; a profissional B afirma que o maior desafio é solidificar as

noções de convivência, cooperação, atenção e solidariedade entre todos os alunos; a profissional C ressaltou o desafio de compreender as necessidades específicas dos alunos com dificuldades cognitivas para um melhor atendimento; a profissional D afirma que a falta de uma formação continuada dificulta o trabalho com as crianças especiais nas salas de aula regulares e a profissional E relata que ainda faltam muitos avanços na estrutura da escola e de recursos nas salas regulares.

Nota-se que os profissionais conseguem identificar as dificuldades existentes no cotidiano da prática escolar, sejam elas metodológicas ou estruturais. Os profissionais dão mais ênfase para desafios presentes diariamente em suas salas de aula, o que geralmente envolve um tipo específico de demanda. É também preciso de uma visão abrangente dos desafios que a escola como um todo enfrenta.

Muitos desses desafios ainda vêm da inexperiência dos professores em trabalhar com as demandas específicas dos alunos com deficiência, o que interfere na aplicação plena das alterações curriculares e metodológicas para um melhor rendimento do aluno especial e da inclusão do mesmo no processo ensino-aprendizagem. Também outro tópico importante é a necessidade de sempre promover uma convivência cordial e acolhedora entre os alunos para que a inclusão se expanda para o âmbito social.

## 5.8 O QUE PODE SER FEITO PARA MELHORAR A INCLUSÃO ESCOLAR

Sobre as melhorias na escola, a profissional A reafirma a importância da sensibilização dos colegas para a promoção de momentos significativos, opinião semelhante à da profissional C; a profissional B resalta que deve acontecer a flexibilização das atividades com mais recursos visuais, sonoros e táteis para contemplar as diversas necessidades, o que também é reforçado pela profissional D; por fim, a profissional E aborda a necessidade de diversificar as atividades, devido às demandas diferentes.

Todos os profissionais trazem boas sugestões para o desenvolvimento e evolução das atividades para a inclusão, porém, essa visão fica limitada a falta de maiores conhecimentos tanto teóricos quanto práticos na abordagem integrada com todos os alunos inclusos no atendimento educacional especializado. Assim, é necessário que os docentes também se sensibilizem para as necessidades da

equipe educacional e da escola como um todo, para que o trabalho não seja fragmentado e desarticulado.

Nessa perspectiva, a atuação governamental é de fundamental importância, promovendo a aplicação plena da legislação já vigente, possibilitando inicialmente oportunidades para a formação inicial e continuada dos docentes e também o maior contato com a família e comunidade, além de continuar o processo de integração com outros departamentos governamentais, que viabilizem uma maior e melhor atenção ao aluno pessoa com deficiência. A questão da infraestrutura é também um desafio importante para a alteração da realidade que os alunos pessoa com deficiências enfrentam em seu cotidiano, já que as barreiras físicas impõem uma grande quebra na proposta da educação inclusiva. Assim, é também essencial a reivindicação junto às esferas governamentais por uma melhor implantação dos subsídios financeiros destinados ao município para este fim, possibilitando a reestruturação espacial da instituição escolar e melhorar as condições de acessibilidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão teve o seu início na educação, a partir do momento em que os profissionais da área passaram a observar a potencialidade das pessoas com deficiência. Esse processo tem ocorrido de forma lenta, e as oportunidades educacionais tiveram o seu apogeu dentro das salas de aula, no momento em que professores perceberam algumas qualidades que esses alunos tinham, quando desenvolviam temas como: desenhos e trabalhos manuais o que permitiu a identificação de talentos natos.

Está nas relações sociais a possibilidade de transformar tais entendimentos e atitudes preconceituosas, isso pressupõe identificar que tipo de sociedade e parâmetros de relações humanas deseja-se construir. Ser responsáveis pela construção dessas respostas e, ao lado de outros sujeitos individuais e coletivos, podendo fortalecer, sob dadas condições históricas, a luta pela materialização do projeto de inclusão social.

A educação como um direito de todos os cidadãos, estabelecido pela Constituição Federal do Brasil- foi reafirmando pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Lei nº 9.394/96. O seu artigo 58 define que a educação dos alunos com necessidades especiais deve ser realizada preferencialmente, na rede regular de ensino.

O processo inclusivo, nesses casos, tornou-se viável porque a família assim o tornou. A inclusão também passa por mudanças na constituição psíquica do homem, para o entendimento do que é a diversidade humana. Também é necessário considerar a forma como nossa sociedade está organizada, na qual o acesso aos serviços é sempre dificultado pelos mais variados motivos. Mas, esse despreparo é desafiado quando o indivíduo se depara com o fato de alguém de sua família apresentar alguma “deficiência”.

Na pesquisa, em conformidade com seus objetivos, foram levantados questionamentos sobre como a inclusão dos alunos com deficiência tem sido efetivada nas salas regulares. O estudo em tela pode identificar que a partir da articulação dos seus diversos componentes, sejam eles legislativos, estruturais, metodológicos, há uma mobilização dos atores (discentes, docentes ou familiares, ente outros,) envolvidos no processo em função desse objetivo.

Dessa forma, foi possível observar que o processo de inclusão, quando posto em prática, requer um delicado equilíbrio de todos os seus fatores e determinantes para que se transforme em um avanço significativo no processo de ensino-aprendizagem. Assim, fica claro que são necessários ajustes em várias esferas para que o trabalho em prol da inclusão ultrapasse a estruturação teórica e atinja a aplicação prática.

As mudanças são fundamentais para inclusão, mas exige esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação e o preconceito quanto à pessoa com deficiência. Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa assim favorecer o processo de inclusão.

Para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além das políticas e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno.

Assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos. Utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos. Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação.

A proposta de inclusão escolar parece ainda não ter atingido plenamente o seu objetivo. Parece que as ações ainda são incipientes, no entanto é de consenso que esse processo é de responsabilidade de toda a sociedade e, portanto, é preciso que a escola esteja aberta para a "escuta", favorecendo assim, as trocas para a construção do processo de inclusão escolar.

Para que a inclusão de estudantes com deficiência nas salas de aula regulares seja uma realidade efetivada, será necessário rever uma série de barreiras

que estão relacionadas a questões políticas, de investimentos em infraestrutura, na formação inicial e continuada dos profissionais, tendo em vista que as práticas pedagógicas e os processos de avaliação que permeiam as ações docentes nas salas de aula regulares estejam promovam efetivamente a inclusão dos alunos com deficiência. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno.

É preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que venha beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade e potencialidades do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Heloiza. Por Quê Inclusão?. Revista de Pós-graduação: Desafios Contemporâneos. V. 1, N. 1, 2014.

BEYER, Hugo Otto. A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. In: Inclusão - **Revista da Educação Especial**. Ano 2, n. 2, jul/2006.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/89.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm). Acesso em : 03/09/2016.

BRASIL. **Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm). Acesso em: 03/09/2016.

BRASIL. Mec-secadi /Programa Escola Acessível - **Decreto nº 5.571/2008.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm). Acesso em: 03/09/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica.** Brasília, MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial.** Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Instrução Normativa da SME de Limoeiro, Nº 02 DE 19/05/2016.**

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução.** 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

CLAUDE, Richard Pierre. Direito à educação e educação para direitos humanos. SUR: **Revista Internacional de Direitos Humanos.** Ano 2, n. 2, 2005 p. 37-63, Ed. em português. São Paulo: Rede Universitária de Direitos Humanos.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade.** Rio de Janeiro: WVA, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R., & NOGUEIRA, M. L. L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**, 14 (24), 22-27, 2002.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. In: Inclusão - **Revista da Educação Especial**. Ano 1, n.1, 2005, MEC/Seesp.

GRESSLER, Lori A. Introdução à pesquisa: Projetos e relatórios. – 2. ed. rev. atual. – São Paulo: Loyola, 2004.

HELLER, Agnes. [etall]. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. et al. **Como elaborar Projetos de Pesquisa: Linguagem e método**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza, classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

MEC. **Educação Inclusiva**: v. 1: a fundamentação filosófica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001.

MENDES, E. G. Desafios atuais na formação do professor de educação especial. **Revista Integração**, 14(24), 12-17, 2002.

PLETSCH, M. D. **O ensino itinerante como suporte para educação inclusiva em escolas da rede municipal de educação do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2005.

PLETSCH, M. D.; FONTES, R. de S. **O papel da Educação Especial no processo de inclusão escolar**: a experiência da rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Texto aprovado para apresentação na ANPED, 2006.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

REIS, M. G. **O compromisso político-social do diretor como educador**. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, 2000.

ROSA, Rejane Souza. **A Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Educativas Especiais em Escola de Ensino Regular**. Disponível em: <[www.contemporaneo.org.br/artigos/artigo196.pdf](http://www.contemporaneo.org.br/artigos/artigo196.pdf)>. Acesso: 30/08/2016.

SANCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista Inclusão**. Brasília, v.1, n.1, out./2005, p. 718.

SANCHES & TEODORO. Da integração à Inclusão Escolar: cruzando perspectiva e conceitos – **Revista Lusófona de Educação**, 2006, 8,63-83.

SILVA, T. T. da (Org). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Vozes, 2000.

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva. **Revista Integração**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, ano 14, nº24, 2002.

UNESCO. **Abrir Arquivo sobre Educação Inclusiva**. Paris: UNESCO, 2001.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

## APÊNDICE

### a) Questionário Aplicado

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

#### 1 Dados de Identificação:

a) Cargo: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

b) Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

c) Há quanto tempo atua nessa função? \_\_\_\_\_

d) Qual a sua formação profissional?

( ) Magistério ( ) Pedagogia ( ) outros \_\_\_\_\_

e) Você possui algum curso de especialização ou de atualização na área de

Educação Inclusiva?

( ) Sim ( ) Não

Nome(s) do curso(s):

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Instituição promotora do(s) curso(s):

f) Quantos alunos com deficiência estão matriculados na escola?

g) Quais as deficiências apresentadas pelos alunos matriculados?

\_\_\_\_\_

2 O que você entende por inclusão escolar?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3 Que recursos a escola dispõe para efetivação da inclusão escolar dos alunos com deficiência?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4 Que ações a escola tem realizado para efetivar a inclusão escolar dos alunos com deficiência?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- 5 Quais as condições de acessibilidade da escola onde você trabalha para a efetivação da Educação Inclusiva?

---

---

---

---

- 6 Como você avalia a inclusão dos alunos com deficiência nas salas regulares do Ensino Fundamental na escola em que você trabalha?

---

---

---

---

- 7 Que desafios o professor tem enfrentado para efetivar a inclusão de alunos com deficiência nas salas regulares do Ensino Fundamental?

---

---

---

---

- 8 Que ações são realizadas pelos professores nas salas de aula regulares em que há alunos com deficiência no sentido de efetivar a inclusão?

---

---

---

---

- 9 As salas de recursos contribuem para o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas salas de aulas regulares?

( ) Sim ( ) Não

Por quê?

---

---

---

---

- 10 O que pode ser feito para auxiliar o aluno com deficiência junto com a turma e os colegas?

---

---

---

---

11 Você se sente preparado (a) para trabalhar na perspectiva da inclusão escolar?

( ) Sim ( ) Não

Por quê?

---

---

---

---

---